

ATA DA 391ª SESSÃO
DA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO DA JUNTA DE RECURSOS
ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS - JURAT

Data: 18 de novembro 2025	Local: Plenário da JURAT	Horário: 08h30.
Reunião nº43/2025		
Presentes: Cristiano de Oliveira Schappo, Osni Sidnei Munhoz, Priscila Zanghelini Gesser, Roniel Vieira dos Anjos, e Dra Francieli Cristini Schulz.		
Presidiu os trabalhos o Presidente das Câmaras de Julgamento, Maico Bettoni e Secretariou a Sra. Cláudia Miranda Daufenbach.		
Pauta: 1 - Aprovação da Ata da Sessão Anterior, 2 - Julgamento de Processos.		
Deliberações:		
<p>1 - Aprovação da Ata da Sessão Anterior: Ata 40/2025. Aprovada sem mais observações. 2 - Julgamento de Processos. Processo SEI nº 25.0.188000-0 em que é reclamante Rubens Gonçalves da Luz, sendo relator(a) Priscila Zanghelini Gesser. Assunto: ISSQN - Baixa no CMC de autônomo. A relatora fez a leitura do relatório. Passada a palavra à Defensora da Fazenda Pública, Dra Francieli Cristini Schulz, que manifestou-se pelo arquivamento do processo, fundamentos do artigo 9º do Decreto nº 11880/2004, constatada a perda de objeto da reclamação, em face do ajuizamento dos débitos de ISS. Após a fase de discussão, a relatora fez a leitura do seu voto, no sentido de não conhecer da reclamação quanto aos anos de 2004, 2012 e 2013, considerando a existência de processo judicial. Em síntese, conheceu parcialmente da reclamação e, na parte conhecida, negou-lhe provimento, ratificando a decisão da autoridade fiscal, que concedeu a baixa retroativa a 30/06/2014, em virtude da inexistência de provas de que o ISS foi recolhido através do CNPJ da firma individual, constituída em 1993. O contribuinte Sr Rubens Gonçalves da Luz compareceu à sessão e fez a manifestação oral. Argumentou que iniciou suas atividades em 1991, como contador autônomo, que em 1993 abriu uma firma individual, e que passou a prestar os serviços através da mesma. Que e em 2014 fez a inscrição da Sociedade Ltda. Destacou que na época (1993) houve falha por não ter sido efetuada a inscrição municipal da firma individual e a baixa do cadastro como autônomo; entretanto, quer solucionar o caso. Após o contribuinte, a Dra Francieli Cristini Schulz manteve o seu parecer. Os demais julgadores acompanharam o voto da relatora. Decisão: Acordaram os membros da 1ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por unanimidade de votos, dar conhecimento parcial a reclamação, e na parte conhecida, negar-lhe provimento, mantendo o parecer fiscal. Processo SEI nº 24.0.134366-5 em que é reclamante Sônia Regina Theilacker, sendo relator(a) Cristiano Schappo. Assunto: Revisão de IPTU de 2024. O relator fez a leitura do relatório. Passada a palavra a Defensora da Fazenda Pública, Dra Francieli Cristini Schulz, que se manifestou pelo provimento parcial da reclamação, sugerindo à Fazenda entregar memória de cálculo ao contribuinte, referente à testada e COSIP e caso não haja concordância, que o contribuinte possa impugnar. Quanto à revisão para futuros lançamentos, o contribuinte não está isento da obrigação de promover a atualização cadastral. Com relação à restituição dos últimos 5 anos, pelo desprovimento da reclamação. Após a fase de discussão, o relator fez a leitura do seu voto no sentido de conhecer da reclamação e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, para: (a) reconhecer o direito da contribuinte à restituição ou compensação dos valores pagos indevidamente nos últimos 5 (cinco) anos, decorrentes da cobrança de IPTU sobre área superior à efetiva; (b) determinar a</p>		

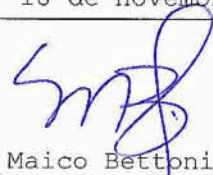
ATA DA 391ª SESSÃO
DA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO DA JUNTA DE RECURSOS
ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS - JURAT

retificação definitiva do cadastro imobiliário para a metragem de 1.072,60 m²; e (c) devolver os autos à autoridade de origem para que proceda ao recálculo das testadas e da COSIP, promova a correção do lançamento e efetive a restituição ou compensação apurada. Passada a palavra ao representante da contribuinte, Dr Gabriel Cabral, o mesmo argumentou que na revisão do IPTU 2024 foi constatada a desapropriação. Em um dos pareceres da desapropriação, não foi averbada no registro do imóvel. Acrescentou que a desapropriação impõe ao cidadão dispor de parte de propriedade ao município, portanto não há porquê o contribuinte regularizar o feito no registro de imóveis. Atos da administração pública são dotados de veracidade. A matrícula do imóvel é de 1992 e não menciona a rua. Reiterou o pedido de juntada da memória de cálculo, bem como a restituição dos valores pagos a maior, juntada da memória de cálculo para fins de COSIP, e que os valores corrigidos fossem adaptados ao IPTU de 2024. Após o representante da contribuinte, a Dra Francieli Cristini Schulz manteve seu parecer. O julgador Roniel Vieira dos Anjos argumentou não haver prova de desapropriação, e sim, redução de área, acompanhando o relator. O julgador Osni Sidnei Munhoz acompanhou integralmente o relator, com acréscimos do julgador Roniel, fundamentos do julgado 0301245-95.2018.8.24.0034/TJSC, acrescentando que contribuinte faz jus à restituição dos débitos. A julgadora Priscila Zanghelini Gesser acompanhou o relator, argumentou que houve alteração de área, mas não ficou claro se é por desapropriação ou não. Se o contribuinte pagou os débitos sob o cálculo de área maior, tem direito a restituição e, poderia ter contestado antes, o que não ocorreu. Entretanto, nestes casos de falta de atualização, cabe ao município aplicar multa por desatendimento de obrigação acessória, não podendo negar o direito de restituição/compensação, quando comprovado pagamento maior que o devido. **Decisão:** Acordaram os membros da 1ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, pelo conhecimento da reclamação e, no mérito, dar-lhe parcial provimento, nos termos do voto do relator. **Processo 1558/2018 protocolos n°s 43628, 43629, 43631, 43633, 43635, 43637, 43639, 43642 e 43645, em que é reclamante Freitas Lobo Estacionamento Ltda, sendo relator(a) Roniel Vieira dos Anjos. Assunto: Impugnação de AINF e Auto de Infração.** O relator fez a leitura do relatório. Passada a palavra à Defensora da Fazenda Pública, Dra Francieli Cristini Schulz, que manifestou-se por somente acolher a preliminar de Decadência do direito ao lançamento de créditos tributários, as demais afastou. No mérito, manter os autos de infração n°s 7 e 8, por considerar que o relatório fotográfico, demonstra que o estacionamento era conveniado, contendo uma informação ostensiva. Passada a fase de discussão, o relator proferiu seu voto, e na sequência, os demais julgadores se manifestaram, ficando o julgamento assim decidido: quanto às **Preliminares:** 1. Protelação do procedimento administrativo no tempo (excesso de prazo) - Afastada por unanimidade de votos. 2. Preliminar de extensão indevida dos trabalhos de fiscalização para período de apuração subsequente ao previsto no termo inicial de fiscalização, e para realização de trabalhos de fiscalização não previstos e determinados pela Ordem de Serviço de n° 02/2017 (fl. 802) - Afastada por unanimidade de votos. 3. Preliminar de ausência de prazo para um possível auto regularização ou demonstração da inexistência de qualquer infração a legislação vigente (descumprimento da Lei do Monitoramento Fiscal) - Afastada

ATA DA 391ª SESSÃO
DA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO DA JUNTA DE RECURSOS
ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS - JURAT

por unanimidade de votos. 4. Preliminar de decadência do direito ao lançamento de créditos tributários - Acolhida por unanimidade de votos. **Mérito:** 1. Da incorreta desqualificação dos livros contábeis - DESPROVIMENTO por unanimidade de votos. 2. Desproporcionalidade da multa aplicada (Confisco) - Por maioria de votos (3x2), com voto de desempate da Presidência, pelo DESPROVIMENTO da reclamação, em face da impossibilidade de reconhecimento da inconstitucionalidade e ilegalidade da lei municipal que fixa as multas, impedimento previsto no art. 4º do Decreto nº 11.880/2004. 3. Da incorreta eleição do sujeito passivo. (Autos 1 a 6): DESPROVIMENTO por unanimidade de votos. 4. Da incorreta eleição do sujeito passivo - AI nº 7 e 8 - PROVIMENTO por unanimidade de votos. 5. AINF: PARCIAL PROVIMENTO por unanimidade de votos, para que se excluam do AINF os valores relacionados aos estacionamento anexos a Nova Casa Sofia e Casa Sofia. **Decisão:** Acordaram os membros da 1ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, conhecer da reclamação, e dar-lhe parcial provimento para reconhecer a decadência no período anterior a 09/07/2013, afastando as demais preliminares; e no mérito, parcial provimento para anular os Autos de Infração 07 e 08/2018, e afastar os respectivos períodos / lançamentos do AINF do Simples Nacional. **Processo SEI nº 22.0.094998-1, em que é reclamante Harvest Administradora de Bens Ltda, sendo relator(a) Cristiano de Oliveira Schappo (Voto Minerva Maico).** **Assunto: Impugnação da Notificação de Tributos nº 09/2022.** O Presidente em exercício, Sr Maico Bettoni, proferiu seu voto no sentido de conhecer da reclamação e, no mérito, negar-lhe provimento. Argumentou que, trata-se, portanto, de erro de fato - e não de direito - o que legitima a revisão de ofício, inclusive com efeitos retroativos, desde que respeitado o prazo decadencial. Fundamentou seu entendimento em decisões anteriores da JURAT, como os Acórdãos nº 71/2016, nº 21/2021, nº 119/2021, nº 175/2022, nº 92/2023 e nº 198/2025, que reconhecem que a reclassificação cadastral por acesso à via pública ou correção de topografia não configuram mudança de critério jurídico, mas sim retificação de premissa fática equivocada. **Decisão:** Acordaram os membros da 1ª Câmara da Junta de Recursos Administrativos Tributários - JURAT, por unanimidade conhecer da reclamação e, no mérito, por maioria de votos (3x2) com desempate da Presidência, negar-lhe provimento, mantendo-se a Notificação de Tributos nº 009/2022. **Processo SEI nº 25.0.174539-0 em que é reclamante Bi Bistro Alimentação Escolar Ltda, sendo relator(a) Osni Sidnei Munhoz.** **Assunto: Simples Nacional.** O processo foi retirado de pauta, em razão de que o reclamante ajuizou Ação Judicial perante a Justiça Federal, autos nº 5013683-24.2025.4.04.7201, o que acarretou na decisão de ofício (arquivamento) do referido PTAC. Nada mais havendo a tratar eu, Cláudia Miranda Daufenbach lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue assinada por mim, pelo Presidente das Câmaras Maico Bettoni, e demais presentes.

Joinville, 18 de novembro de 2025.



Maico Bettoni

Presidente das Câmaras de Julgamento
(em exercício)



Cláudia Miranda Daufenbach
Secretária

ATA DA 391ª SESSÃO
DA PRIMEIRA CÂMARA DE JULGAMENTO DA JUNTA DE RECURSOS
ADMINISTRATIVOS TRIBUTÁRIOS - JURAT




Cristiano de Oliveira Schappe

Francieli Cristini Schulz

Osni Sidnei Munhoz

Priscila Zanghelini Gesser

Roniel Vieira dos Anjos


Cristiano de Oliveira Schappe